

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Eloy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisóstomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lólio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 82.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 23 de Maio de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Domício Scaramella.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldwell, Ivo Tomazoni, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quilse Crisóstomo e Xenofonte Villanueva (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Fuad Nacli, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Ovidio Franzoni, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e João Fadel (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada a apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 125-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 64-72, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, proceder asfaltamento da rodovia que liga a BR-116 à Colônia Faria, Município de Colombo, e desta à localidade de Guaratuba na BR-476. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Aprovação do Veto, rejeitado o Projeto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 126-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 83.ª Sessão Ordinária Realizada em 23 de Maio de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Fabiano Braga Côrtes.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldwell — Ivo Tomazoni — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Basílio Zanusso e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Armando Queiroz — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Ovidio Franzoni — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

— Do Senhor Silvio Cury, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Comissão Executiva do Diretório da Aliança Renovadora Nacional — ARENA —, de Foz do Iguaçu. — Ao conhecimento da Casa.

— Dos Grupos Folclóricos União Juventus, Polonês do Paraná, Ucrâniano, Germânico da Sociedade Rio Branco, Associação Tradicionalista Gralha Azul, Português Alma Lusa, Italiano Dante Alighiere, Centro de Tradições Gauchas 20 de Setembro e Japonês de Curitiba, todos com sede nesta Capital, representados por seus Diretores, expõem e sugerem modificações para melhor expansão, bem como, possa a vir despertar maior interesse ao público suas futuras apresentações. — Ao conhecimento da Casa.

— Da Associação Tradicionalista Gralha Azul, contendo uma síntese de suas principais atividades, fins e objetivos. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

No uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Azis Doce, ocorrido recentemente na cidade de Arapongas.

O falecido era, realmente, pessoa de larga relação naquela cidade norte-paranaense, na qual trabalhou por longos anos nas atividades de comerciante e agricultor, tendo exercido, também, em várias oportunidades, as funções de Delegado e Sub-Delegado de Polícia com proficiência, dignidade e alto espírito público, o que lhe valeu o respeito e a admiração de seus concidadãos.

Requer, finalmente, que da deliberação desta Assembléia, dê-se ciência à família enlutada, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná bem como aos Senhores Conselheiros, Auditores, Procuradores e funcionários, uma manifestação de aplauso do Poder Legislativo pela iniciativa que vem de colocar em prática, realizando a chamada "Auditação — Escola", através da qual os Senhores Prefeitos Municipais em reunião como a de Ponta Grossa, nos dias 22 e 23 do corrente, recebem orientação, esclarecimentos, além de debaterem com os Membros daquela Corte de Contas os problemas de ordem técnica que enfrentam.

Tal iniciativa, há muito necessária e esperada com interesse por todos os Chefes de Executivos Municipais, coloca o Tribunal de Contas do nosso Estado na vanguarda dos congêneres brasileiros e revela a disposição dos seus integrantes de facilitar a tarefa de administradores probos e honrados mas cujas comunas, na maioria dos casos, não dispõem de recursos financeiros para a contratação de pessoal técnico habilitado para fazer face a minúcias orçamentárias e de prestação de contas, o que muitas vezes os levava a situações políticas e legais, indesejadas e difíceis. Requer-se, ainda, a transcrição nos Anais da Casa do Editorial, hoje estampado no jornal "Gazeta do Povo", tratando do assunto com real profundidade e interesse público que sempre caracterizam o mais tradicional órgão de imprensa do Paraná.

Finalmente, pede-se, seja do presente dado conhecimento integral ao Conselheiro Presidente do Egrégio Tribunal de Contas e à direção do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente e urgente apelo ao Secretário de Viação e Obras, engenheiro Ozires S. Guimarães, no sentido de que, determine as providências necessárias ao órgão competente, objetivando a construção da nova cadeia pública da cidade e Comarca de Cianorte, face às precaríssimas condições da existente, que se encontra em completa ruína.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente e urgente apelo ao Secretário de Segurança Pública, General Mario Portes, no sentido de que determine as providências necessárias ao órgão competente, visando a construção da nova cadeia pública da cidade e Comarca de Cianorte, face às precaríssimas condições da existente, que se encontra em completa ruína.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa ouvido o Plenário, sejam encaminhados aos Excelentíssimos Senhores Ministro Costa Cavalcanti, do Ministério do Interior e Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador do Estado, veemente apelo, no sentido de determinarem com urgência, providências junto aos órgãos competentes, visando o combate à erosão, no Município de Cianorte, neste Estado, face à situação calamitosa em que se encontra, pondo em risco de segurança seus habitantes e impossibilitando por falta de condições, suas autoridades locais de minorar esse grave problema.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de apelo à Direção da MM. Junta Comercial do Paraná no sentido de que faça instalar, com toda brevidade possível, um Escritório daquela entidade, na cidade de Cascavel.

O pedido ora formulado encontra ampla justificativa nos fatores economia e tempo ao atendimento da importante Região Oeste que comprovadamente, apresenta o mais alto índice de desenvolvimento do Estado com cidades distando até 700 km. da Capital. (Cascavel a mais de 500 km).

Sua jurisdição poderia abranger até 40 Municípios que todos, hoje, já oferecem um elevado volume de entidades comerciais e industriais e perspectivas ainda maiores de crescimento.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) — Iris Caldwell.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, o envio do seguinte TELEX, ao Doutor João Havelange, DD. Presidente da C.B.D., à Rua da Alfândega n.º 70 — Rio de Janeiro — GB.

"NOME POVO PARANAENSE SOLICITO ILUSTRE DESPORTISTA et CL. DADO HONORÁRIO DO PARANÁ VALIOSA et OPORTUNA DETERMINAÇÃO SENTIDO INCLUSÃO COLORADO CAMPEONATO NACIONAL POR SER MEDIDA INTEIRA JUSTIÇA pt RECONSIDERAÇÃO VOSSENCIA VIRA ENCONTRO OPINIÃO PARANÁ pt

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) — Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja endereçado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, professor Pedro Viriato Parigot de Souza, insistindo na necessidade de ser concedido aumento de vencimentos ao funcionalismo público estadual, bem como beneficiar igualmente os servidores contratados, recibados, contra-recibo e o pessoal do Quadro auxiliar, que estão passando privações por falta de salários mais condizentes com suas necessidades cotidianas. O pessoal não efetivo já foi sensivelmente prejudicado por ocasião do último aumento baixado pelo Governo do Estado, apesar dos apelos feito se sem qualquer êxito para que esta categoria também fosse beneficiada.

O descaso do Poder competente para com o funcionalismo público estadual é quase uma exceção no Paraná, considerando que a União e os demais Estados já melhoraram os vencimentos dos seus servidores, o que até agora não ocorreu no nosso Estado. Isto vem levando o funcionalismo à situação de desespero, pois o orçamento doméstico de cada um está sacrificado com a falta de atualização dos vencimentos. O ordenado continua o mesmo, enquanto a manutenção de um lar está muito acima daquilo que o Estado vem pagando para os servidores públicos que tanto tem ajudado o desenvolvimento do Paraná.

A melhor recompensa que o Governo poderá dar à laboriosa classe será exatamente a urgente majoração de vencimentos, tão reclamada pelos servidores que estão atravessando situação de penúria.

É bom que se saliente que o funcionalismo bem pago trabalha com maior disposição, sem preocupação ou aborrecimentos pela falta de dinheiro para saldar seus compromissos.

O servidor que não é remunerado à altura de sua capacidade e ao serviço que presta, fatalmente cairá no desânimo.

No Paraná, além dos baixos vencimentos percebidos, os servidores se degladiam inclusive com outro sério problema que consiste na elevação de nível, fazendo já alguns anos que o Governo do Estado vem deixando de conceder promoções para esta importante classe.

Além de não pagar o razoável, ainda não se dá as promoções que os servidores têm direito por força de lei.

É preciso o atendimento imediato da presente solicitação, para que o Estado possa se mostrar sensível aos que verdadeiramente trabalham.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) — Antônio Belinati.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n.º 43/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — O Capítulo V — DAS COMISSÕES, do Regimento Interno, texto consolidado pela Resolução n.º 11/60, de 16 de dezembro de 1960, fica acrescido do seguinte:

"SEÇÃO VI"

DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES

Art. — Poderão as entidades de classe, de empregados e empregadores, e órgãos de profissionais liberais, credenciar oficialmente à Mesa da Assembléia representante que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Casa, através de seus órgãos técnicos.

§ 1.º — Cada entidade poderá indicar apenas um representante, que será responsável, perante a Assembléia, por todas as informações e opiniões que emitir.

§ 2.º — Caberá a esses representantes fornecer subsídios ao relator, aos membros da Comissão e ao órgão de assessoramento legislativo sobre proposição de seu interesse em nível técnico e de caráter exclusivamente documental, informativo e instrutivo, de dados e pontos de vista.

§ 3.º — Caberá ao Primeiro Secretário expedir credenciais da Assembléia Legislativa, excluídas as privativas dos Deputados.

§ 4.º — O credenciamento previsto neste artigo será exercido sem ônus para a Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(c) — Cândido Martins de Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Será feita em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É inegável o sucesso alcançado pela Fundação Universidade Estadual de Londrina. Hoje mais de 3.500 alunos frequentam os diversos cursos daquela Fundação Universitária Estadual muito bem dirigida pelo Magnífico Reitor Ascenso Garcia Lopes e ontem, por designação do Governador do Estado, foi indicado para Vice-Reitor o Dr. Theobaldo Ciocci Navolar, da lista sétupla apresentada ao Governador do Estado, da qual constavam nomes todos merecedores de ocupar um cargo de tão grande importância e responsabilidade. Acredito mesmo que S. Exa. tenha sentido sérias dificuldades na escolha do melhor porque todos eram bons.

Desejo, nesta oportunidade, congratular-me com o Dr. Theodoro Ciocci Navolar, ex-Juiz de Direito aposentado e que realizou em Londrina, quando da organização dos Serviços Telefônicos, SERCONTEL, um trabalho extraordinário pelo seu espírito de responsabilidade e de organização.

Mas, Sr. Presidente, o que nos traz à Tribuna é a apresentação de um Projeto de Lei em vista da expansão da Universidade Estadual de Londrina. Com os cursos criados ano após ano necessário se faz que ela se apresente para que possa dar o atendimento no setor teórico e prático aqueles que a frequentam.

Em vista disso, Sr. Presidente, apresentamos um Projeto de Lei com o seguinte teor:

"Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade de Londrina a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura com sede em Ibioporã.

Art. 2.º — A doação ficará isenta do Imposto de Transmissão de Propriedade Inter Vivos.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA: A Secretaria de Agricultura possui no Município de Ibioporã uma área de terras destinada a uso como Fazenda Experimental de Criação. Entretanto, trata-se de terreno irregular, "quebrado", o que dificulta sobremaneira a atividade da Secretaria, levando-a a exercê-la em outras propriedades dissimuladas no Estado.

A Universidade Estadual de Londrina que nos termos do Art. 25, § 1.º, da Lei n.º 6.034, é órgão de execução delegada de serviços estaduais, possui o curso de Medicina Veterinária, atualmente no ciclo de estudos básicos. A ele se seguirá o ciclo de estudos clínicos, ocasião em que terá necessidade de dispor de área rural apropriada para estudos práticos, pesquisas e estágios de estudantes.

O imóvel em questão será de grande utilidade para a Universidade pois que se situa nas proximidades desta e é servido por comunicação asfáltica.

Temos certeza que a própria Secretaria de Agricultura convidará conosco sobre o acerto da transferência, pois com a medida que propomos a área será realmente utilizada para os fins a que se destina, além de proporcionar à Fundação Universidade Estadual de Londrina os meios necessários para a execução de seus programas de ensino.

Pelos motivos expostos é que apresentamos o presente plano de lei e para o qual esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para justificar um novo pedido ao Sr. Governador do Estado, Pedro Parigot de Souza, com respeito ao próximo aumento de vencimentos a ser dado por S. Exa. aos servidores públicos do Estado. A nossa solicitação, hoje, se estende também a inúmeros outros funcionários que têm cooperado para o engrandecimento do Paraná. Assim é que estamos pedindo ao Sr. Governador do Estado que o próximo aumento de vencimentos atinja também os servidores contratados, os servidores recibados, contra-recibo e também o pessoal do Quadro Auxiliar. No último aumento salarial dado pelo Governo do Estado essas categorias foram deixadas de lado, não foram beneficiadas com qualquer majoração em seus vencimentos de acordo com informações que nos chegaram através de diversas correspondências. Servidores têm reclamado, não somente os inativos, como também os recibados, contra-recibados e do Quadro Auxiliar, que pedem ao Sr. Governador do Estado que ao dar o próximo aumento de vencimentos, possa fazer com que essa elevação salarial atinja todas essas categorias. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação do nosso Estado, em matéria de vencimentos ao funcionalismo é cada vez de maior calamidade, porquanto já há algum tempo os servidores aguardam com grande inquietação qualquer pronunciamento do Sr. Governador, o que não veio até a presente data. Os funcionários recebem um ordenado realmente que não condiz, que não satisfaz, que não preenche as necessidades cotidianas do lar. O orçamento doméstico está cada vez mais alto, enquanto o ordenado permanece o mesmo.

Vimos, por exemplo, hoje, aqui mesmo, nas dependências da Assembléia Legislativa, ainda há poucos minutos, uma professora mãe de alguns filhos que ganhando tão mal como ganha uma professora primária no Paraná, está se dedicando, inclusive à pintura de paredes, para ajudar seu marido, que também é funcionário do DER e percebe ordenado insignificante.

Vemos que nossos funcionários clamam ao Governo, não apenas para um melhor salário, mas também para que o Estado não se ausente das necessidades de nosso povo, dessa grande parcela da população que vive jogada pelas ruas como ainda hoje vimos aqui nesta Assembléia. Um moço de 16 anos, vindo do interior do Estado, doente mental, acorrentado dentro de uma camioneta, veio em busca de internamento, mas não conseguiu. Então, esse moço permaneceu durante algumas horas aqui em frente à Assembléia mostrando que realmente o Governo tem se descuidado da saúde de nosso povo, não tem construído os hospitais que se fazem necessários para acompanhar o desenvolvimento do Paraná. Um doente mental que chegou acorrentado numa camioneta, ali abandonado, sem qualquer possibilidade de internamento.

É necessária uma atenção, o zelo, a preocupação do Governo do Estado para construir, também no interior, hospitais que possam atender doentes mentais, que possa interná-los porque são pessoas que não têm recursos, nem sequer, às vezes, para permanecer em Curitiba aguardando internamento.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente gostaria de formular apelo ao Líder do Governo nesta Casa, pedindo as informações que solicitamos no dia 11 de abril passado, a respeito da verba para conservação de rodovias.

Sabemos perfeitamente que há obrigatoriedade do Governo em responder esses pedidos de informação, isso é constitucional. Sabemos também que se estabelece na Carta Magna do País um prazo para que o Governo responda a esses Pedidos de Informações.

Não comparecemos a esta Tribuna pedindo o "impeachment" do Governador por não os ter respondido no prazo hábil e legal. Aqui comparecemos, com muita ponderação e sobretudo com muita paciência, para solicitar ao Líder do Governo nesta Casa sua interferência no sentido de que o Governo se digne a responder os pedidos pleiteados por esta Casa, caso contrário estará S. Exa. amesquinhando este Poder tantas vezes amesquinhado por atitudes indignas do valor que, realmente, ele merece.

Por isto, nobre Líder do Governo, sobretudo em consideração a V. Exa., com muita ponderação e paciência, pedimos sua interferência no sentido de obter as informações solicitadas já que os reclamos continuam em todos os setores do Estado.

Reclamos de que as rodovias por onde escoam os produtos básicos que garantem a riqueza deste Estado, estão abandonadas sem qualquer sentido de conservação.

Segundo informações extra-oficiais, que aqui focalizamos, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem teria cortado o oferecido de recursos ao Estado do Paraná porque nosso Estado teria aplicado em outros setores que não o da conservação de nossas rodovias.

Por isto fica registrado este nosso apelo que, tenho certeza, encontrará eco no Governo do Estado.

Gostariamos, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordar o proble-

ma já focalizado pelo orador que nos antecedeu. Ficamos chocados com o quadro que assistimos, um jovem de dezesseis anos, sem perspectivas, sem esperanças, sem possibilidade de êxito na vida, um homem triste a seu lado com os cabelos grisalhos, com os olhos lacrimejantes vendo seu filho ao desamparo, vendo seu filho abandonado por aqueles que deveriam protegê-lo, percorrendo os hospitais acorrentado a um veículo sem encontrar uma mão esperando para interná-lo, para minorar seus sofrimentos.

Lembro-me de uma frase do ex-Presidente Kennedy. Parodiando o Presidente Kennedy diria nesta oportunidade: "Essas criaturas infelizes podem, até mesmo, ser castigadas pelo destino, mas jamais poderão ser castigadas pela nossa negligência".

O Governo, infelizmente, não responsabilizo este Governo, responsabilizo, até mesmo, o Governo da União, tem sido negligente. O Estado do Paraná está abandonado no setor de saúde pública ou praticamente abandonado.

Não posso admitir que um débil mental acorrentado fique à espera de alguém que estenda sua mão para dar-lhe proteção. Não posso admitir que num Estado rico como o Paraná, pelo menos é o que diz o Governo do Estado ao afirmar que o Estado está bem economicamente, onde se diz que as finanças estão ótimas, não haja um hospital em condições de abrigar aquele que mais necessita, nem mesmo na Capital. Esse jovem percorreu distâncias procurando a proteção da Capital, procurando, talvez, internamento num hospital mas nada encontrou. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados

O Campeonato Nacional em sua primeira realização contou com a participação de vinte clubes. Para o certame deste ano estavam previstos a inscrição de 36 associações, sob pressão de todos os Estados brasileiros junto à Confederação Brasileira de Desportos, que fez com que este número fosse aumentado para quarenta. E o povo do Paraná pleiteou a inscrição de uma equipe esportiva, no caso o Colorado, tendo em vista as expressivas atuações do representante paranaense, no ano passado, o Coritiba Futebol Clube, culminou com grandes conquistas, obtendo este ano o primeiro lugar no Torneio do Povo.

Hoje, em contacto telefónico mantido com a Confederação Brasileira de Desportos, subemos que tendo em vista as pressões do Rio Grande do Sul, Sta. Catarina e Guanabara, provavelmente o número de clubes participantes será elevado para quarenta e quatro. Inclusive neste instante, estão reunidos na Confederação Brasileira de Desportos, dirigentes do Futebol Brasileiro, procurando aumentar o número de clubes no Torneio Nacional, para quarenta e quatro.

Por esta razão, submeto à apreciação da Casa, o envio hoje, de um telex urgente, ao Sr. João Havelange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos solicitando em nome do povo paranaense, na qualidade de ilustre desportista e Cidadão Honorário do nosso Estado, a sua determinação no sentido de incluir o Colorado no Campeonato Nacional, por ser de inteira justiça, porque vem de encontro aos interesses da opinião pública do Paraná.

Por outro lado, tomei a liberdade de expedir um telex também neste sentido, em meu nome pessoal e pediria aos Srs. Deputados presentes que subcrevassem também individualmente telegrama, cuja redação já está devidamente concretizada e que iremos solicitar dentro de instantes as suas assinaturas, a fim de que o Sr. Presidente da CBD tome conhecimento do pensamento da opinião pública do Paraná que na verdade é muito bem representada pelos eminentes representantes do povo paranaense aqui presente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Entre outros assuntos trazidos à consideração da Casa no Pequeno Expediente pelos nobres Srs. Deputados, houve um que impressionou sobremaneira aqueles que ouviram os pronunciamentos dos Deputados Antônio Belinati e Alvaro Dias. Ambos, descreveram para a Assembleia do Paraná um quadro terrificante, de um jovem de 16 anos que saindo do interior do Estado, veio a Curitiba em busca de tratamento psiquiátrico, uma vez que é débil mental. E as condições em que chegou e que permaneceu à frente da Assembleia, acorrentado como um animal sensibilizou o coração e a alma de todos aqueles que tiveram a oportunidade de assistir e de ver esse fato lamentável.

Entretanto os nobres Deputados Belinati e Alvaro Dias viram, olharam, constatarem e criticaram; o Deputado Ivo Tomazoni, da Bancada da Arena, viu, constatou e resolveu o problema; deu de sua verba pessoal, 700 cruzeiros para a assistência social deste jovem indigente que veio a Curitiba em busca do Deputado de sua região, Deputado Fuad Nacli, que infelizmente não encontrou. Os assessores do Deputados Fuad Nacli, sem saber o que fazer, uma vez que este moço é oriundo de Formosa do Oeste. E o Deputado Ivo Tomazoni procurado pelo pai desse indigente e pelos assessores do Deputado Fuad Nacli, dispôs-se imediatamente a abrir mãos de sua verba de assistência social, própria, como sabem todos, para atender a sua região, como um homem de coração bem formado, como um político que compreende a sua missão de representante do povo, sem alardear o seu gesto magnânimo, sem criticar, resolver o problema.

Que fique este fato como exemplo nesta Casa; que os Deputados da Arena vendo os problemas, resolvam na medida das suas possibilidades.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, João Mansur, digno chefe desta augusta Casa, Srs. Deputados.

Novamente estamos aqui abordando o problema de estradas da região do Norte Pioneiro; e queremos agradecer a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a S. Exa. o Sr. Secretário de Transporte, ao Sr. Diretor do DER e a toda a sua equipe, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após a BR-153 que liga Santo Antônio da Platina a Ibatí, consequentemente a Alto do Amparo, após a PR-1 Jaguariava a Santo Antônio da Platina, a Ribeirão do Pinhal a Bandeirantes, estrada de revestimento primário e a estrada retificada de Salto do Itararé a Siqueira Campos, a estrada de Venesiau Braz a Lisimaco Costa e a estrada de Jaguariava Serro Azul. Tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados está sendo estudado; estão no plano prioritário de obras da Secretaria dos Transportes, no seu sistema de dinamizar o Norte Pioneiro, de beneficiar aquela região por S. Exa. o Sr. Governador do Estado. E é neste momento

em que o Norte Pioneiro esperançoso, vivido e sofrido, por nosso intermédio, e por intermédio desse humilde Deputado, vem agradecer as providências tomadas, aos contactos e às informações dadas pela vontade férrea do Governador do Estado, Parigot de Souza, de beneficiar aquela região, que está sendo olhada, Sr. Presidente, Srs. Deputados com muito carinho por este Governo dinâmico, Parigot de Souza; por este Governo que não quer outra coisa a não ser que o dinheiro do povo seja aplicado em benefício do próprio povo; por este Governo que está procurando carrear dinheiro internacional para ser aplicado no Norte Pioneiro; por este Governo que, se Deus quiser, haverá de ver concretizadas as obras no Norte Pioneiro e em outras regiões que temos a satisfação de representar nesta Casa.

Sr. Presidente, queremos pedir vênha a V. Exa. para encaminhar mais um apelo ao Secretário de Transportes. É com referência a uma estrada de vital importância à nossa região uma estrada que vai desafogar a região de Ribeirão Claro e Jacarezinho e trazer mais um benefício para aquela região sofrida, para Ribeirão Claro principalmente, que fica totalmente ilhada em virtude da grandiosa Usina de Xavantes.

Nestes termos, queremos ler este Requerimento dirigido ao Secretário de Transportes e que está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, no sentido de inclusão da rodovia Ribeirão Claro - Jacarezinho no plano prioritário de asfaltamento do programa estabelecido para as realizações de infra-estrutura do Estado.

O apelo encontra plena justificativa no empenho demonstrado pelo Excelentíssimo Governador Parigot de Souza em proporcionar ao Norte Pioneiro condições de melhor desenvolvimento, através mais fácil escoamento da sua produção e mais efetivo atendimento às reivindicações populares. Município situado na divisa com São Paulo, Ribeirão Claro tem como meio natural de integração com o Estado a estrada cujo asfaltamento é pleiteado, com extensão aproximada de 30 (trinta) quilômetros, sendo facilmente compreensivo o impulso progressista que a concretização do almejado provocará, servindo, inclusive, como estímulo à profícua administração do Prefeito José A. Pereira, beneficiando a classe estudantil de Ribeirão Claro, que frequenta as Faculdades de Jacarezinho.

Aprovado o Requerimento, solicita o autor seja encaminhado cópia ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) — Gabriel Manoel".

É este o Requerimento que temos a honra de encaminhar a S. Exa. e que, remos, mais uma vez, pedir que Deus continue inspirando este Governo, para que ele continue olhando pelo Norte Pioneiro, continue mandando Secretários de Agricultura ao interior como fez com o Norte Pioneiro, continue mandando Secretários de Educação e Cultura para fazer convênios com as Prefeituras, convênios de material escolar que virão beneficiar indistintamente as Prefeituras da ARENA e do MDB. Isto é que é governar. Governar o Paraná, sem olhar esta ou aquela facção.

Muitas vezes o Governo é atacado pelo MDB sobre problemas de assistência social. Quero ratificar o que disse o Líder de nossa Bancada, que temos verbas e que nem um de nossos regionais deixou de ser internado. Quando não por intermédio do Governo com verbas cedidas pela Assembleia Legislativa e, consequentemente, pelo Governo do Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285/70, de autoria do Dep. Olivir Gabardo, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, nesta Capital, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com EMENDA. — **Aprovado Projeto com Emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/71, de autoria do Dep. Wilson Brandão que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio em Jardim Alvorada, Cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a "Creche Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a "Creche Seniramis Braca", com sede na cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, declara de Utilidade Pública a União Beneficente Nossa Senhora da Piedade", com sede na cidade de Marialva. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 37/73, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual, em Santo Antônio do Caiuá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWAGO", como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do D.E.R., para construção de uma Ponte com 54 metros de vão, sobre o Rio São Jerônimo, no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, da Cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-70, de autoria do Dep. João Mansur, que veda as companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que porventura venha a produzir. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 26-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É vedado às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, quer diretamente, quer através de seus órgãos, fundações, autarquias ou outras sociedades de economia mista, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo a participação de seus diretores, a qualquer título, nos lucros que porventura produzirem.

Art. 2.º — Os proventos totais pagos a qualquer título a diretores de Sociedades de Economia Mista não poderão ser superiores, em nenhuma hipótese, aos que forem atribuídos aos Secretários de Estado.

Art. 3.º — As Companhias de Economia Mista, de cujos estatutos constarem dispositivos prevendo a participação de seus diretores nos lucros que eventualmente produzirem, deverão alterar seus estatutos, excluindo os dispositivos sobre a participação de diretores em seus lucros, dentro do prazo de 90 dias contados da data da publicação da presente lei.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1970.

a) — Deputado João Mansur.

JUSTIFICATIVAS:

O exercício de cargos públicos, em qualquer escalão, deve ser encarado como um serviço e um ônus que se impõe, em benefício da coletividade, aos cidadãos que possuem suficiente espírito público para prestá-los e suportá-los. As responsabilidades de diretores de companhias de economia mista, por maiores que possam ser, não podem ser consideradas mais graves do que as suportadas, por outros titulares de cargos públicos, como por exemplo, os dignos Secretários de Estado.

Via de regra, os diretores de companhias de economia mista estatais não participam ponderavelmente de seu capital, não correndo, consequentemente, os riscos a que estão sujeitos os diretores das sociedades anônimas particulares, das quais os diretores são grandes acionistas ou detentores da maioria do seu capital, fato que justifica a sua participação nos lucros que produzem.

Os detentores de funções e cargos públicos, segundo a filosofia da Revolução, não devem ser participantes das receitas e lucros do Governo, tanto assim que dispositivo foi incluído em nossa Constituição, nossa Magna Carta, vedando a participação de funcionários em multas, o que vale dizer não ser justa qualquer outra remuneração que não sejam os proventos normais dos cargos exercidos por qualquer serventuário, permanente ou transitório.

Grande número de companhias mistas estatais não prevêm em seus estatutos, qualquer participação de diretores em seus resultados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 26-70

AUTOR: — Deputado João Mansur

SÚMULA: — Veda às companhias de economia mista em que o Estado seja acionista majoritário, permitirem participação nos seus lucros por parte de seus dirigentes.

PARECER

1.) Escorado nos princípios da Revolução de Março de 1964, que veda aos funcionários públicos a participação no produto da arrecadação, o projeto de lei em estudo torna proibitiva a participação dos diretores nos lucros das companhias de economia mista em que o Estado do Paraná participe como acionista majoritário.

2.) Por outro lado, o projeto estabelece como teto aos proventos dos diretores dessas Sociedades, ou subsídios pagos aos Secretários de Estado.

3.) O projeto marca, ainda, o prazo de 90 dias, a contar de sua publicação, para que as entidades atingidas pelo mesmo, regularizem seus Estatutos, adotando nos mesmos, os dispositivos legais enfocados.

4.) Assim exposto, verifica-se, inicialmente, que o Governo do Estado pode, a qualquer momento, modificar os Estatutos de todas as sociedades de economia mista de que participe e das quais seja acionista majoritário. E, então, poder-se-ia afirmar que o projeto é uma redundância, pois se irá legislar sobre aquilo que já é lei entre os interessados. Não obstante, não menos verdadeira seria a assertiva de que, a qualquer momento, o mesmo Governo ou quem o sucedesse, poderia voltar ao "statu quo ante", sem infringir o texto constitucional, que faz referência somente "ao produto da arrecadação" e não a lucros, conforme se vê do art. 196 da Carta Magna em vigência:

"É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa".

As sociedades em referência ou têm lucros ou prejuízos. Não arrecadam, percebem, recebendo o pagamento pelos serviços que prestam, cujo preço estipulam sempre com margem de lucro, seja serviço ou bens o que vendem. Assim, interligados, estão os interesses públicos e comerciais.

5.) Não nos parece que exista qualquer óbice legal ou constitucional ao projeto, que é oportuno, por visar uma solução definitiva para o problema de que trata.

6.) Entendemos, entretanto, que se aprovados, tais dispositivos devem alcançar, também, os governos municipais, por uma questão de equidade e de coerência: causaria espécie que um diretor de uma sociedade municipal percebesse vencimentos e lucros, muitas vezes até maiores que os recebidos por diretores de sociedades estaduais, que estariam impedidos do acesso aos lucros. Daí apresentarmos, em separado, uma emenda aditiva, visando complementar o ilustrado projeto, acrescentando-se-lhe um parágrafo.

7.) Opina-se pela aprovação do projeto, com a emenda.

É o parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 30-06-71.

(aa) Wilson Brandão — Presidente
Muggiati Filho — Relator
Emílio Carazzai
Sebastião Rodrigues
Gilberto Carvalho
Armando Queiroz
Arthur de Souza

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N.º 1

Ao Projeto de Lei n.º 26-70, de autoria do Senhor Deputado João Mansur.

Adite-se ao artigo 3.º, do Projeto de Lei n.º 26-70, o seguinte:

Parágrafo único — As disposições acima aplicam-se, por igual, às companhias de economia mista de natureza municipal, que tenham o Município como seu maior acionista.

Sala das Comissões, em 30-06-71

(aa) (Ass(ilegal) — Presidente
Muggiati Filho — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Guairacá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 289-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Escola Normal de Guairacá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970.

(a) Deputado Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Criar escolas é semear a semente de progresso para as novas gerações; criar estabelecimentos secundários de ensino é plantar para que os nossos filhos tenham mais oportunidades; implantar a rede de educação, é promover aqueles que nos sucederão; criar escolas normais é preparar os jovens de hoje para serem os mestres do amanhã. Vivemos, como a Nação Brasileira toda uma fase de afirmação, uma fase de novo bandeirantismo entre as nações em vias de desenvolvimento. Entre os setores que os dirigentes dessa nossa Grande Pátria colocam o esforço é o da Educação.

Propomos, como já o fizemos em tantas oportunidades ao longo de nosso mandato, a criação de uma escola Normal para Guairacá. Norteia-nos neste o propósito de dar oportunidade, principalmente aqueles jovens que, desprovidos de maiores recursos, não encontram os meios para prosseguir seus estudos em centros maiores. Cremos que estas razões levarão os nobres Pares a votar favoravelmente em prol dos pequenos, hoje, que serão mestres amanhã de nossos netos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 289-70

AUTOR: — Deputado Wilson Fortes.

SÚMULA: — Cria a Escola Normal de Guairacá.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, para equacionar, a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contradição é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.o) É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, o mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mérito início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data venia aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Educação que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4178, nada mais é de que dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzini

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido M. de Oliveira — Vencido

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 289-70

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria a Escola Normal de Guairacá.

PARECER

Sem entrar no mérito da criação de escolas, de acordo com a nova Lei do Ensino, somos pela sua aprovação, tendo em vista, que a presente proposição não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima e Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 289-70

AUTOR: — Dep. Wilson Figueiredo Fortes

SÚMULA: — Cria a Escola Normal de Guairacá, como específica.

PARECER

1.) Pretende o autor do presente plano de lei, a criação da Escola Normal de Guairacá, para funcionamento no próximo ano letivo.

2.) A cultura é um ônus do Poder Público, por isso nada mais justo que o Estado crie e mantenha estabelecimentos de ensino, principalmente no interior, onde se encontra sua semente desenvolvimentista.

3.) Desta forma, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

La DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 226-71, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público na forma da legislação em vigor, uma faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 226-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, Lei Estadual n.º 4978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.o — O Poder Executivo baixará atos necessários a constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino, criado por esta Lei.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4.10.71.

(a) Deputado Cândido M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

O Sudoeste do Estado, cuja colonização foi iniciada por gaúchos e Catarinenses na década de 40 e está consolidando nestes últimos anos uma nova civilização, apresenta-se ao Paraná, e ao Brasil como uma das regiões mais promissoras em termos de representar um novo horizonte de progresso material e harmonia social.

Nascido da luta e da coragem dos tropeiros, no início deste século, aquela vasta região de fronteira é, hoje, um marco de brasilidade e uma avançada sentinela de defesa das nossas tradições. Lá, talvez como em nenhum outro lugar, dia a dia na conquista da terra e na batalha pela sobrevivência, forja-se o novo Brasil, livre, coeso e progressista, no calcamento de várias raças e no entrelaçamento de vários costumes.

Com espírito aventureiro e muito destemido, o homem do Sudoeste, mescla do gaúcho, catarinense, paranaense, paulista, nortista, etc. é antes de tudo brasileiro. Ama esta terra. Nela vive e por ela morre.

Tem um grande sonho. Legar aos seus uma vida sem tantas dificuldades. Para isso vive e luta.

É estável. Compra a propriedade ou a posse para si e para a sua família. Difícilmente troca de moradia. Quer sossego e paz. Tendo a sua terra e, através dela, condições de sobreviver, está satisfeito. Mas almeja muito para seus filhos.

A colonização sudoestina é diferente da colonização de outras regiões do Paraná. No Norte, o fascínio do Café e a consequente valorização da terra, chamou homens de todo o Brasil. Atraiu, principalmente, os que buscavam fortunas fáceis e rápidas. Não se fixavam. Ganhavam e iam. Poucos muito poucos, aqui ficaram e aqui investiram o que aqui ganharam.

Quem sabe a formação sociológica ou a atração da terra, tenha, no Sudoeste, chamado outro tipo de gente. É verdade que todos vieram ao Sudoeste, como vieram ao Norte, para viver novos dias, de mais felicidade e maior abundância. O Sudoeste, todavia, foi mais exigente. Exigiu até sangue para ser conquistado. Todos nos lembramos das lutas que lá se travaram e sabemos das que ainda se lutam.

Enquanto no Norte o Café, cuja proteção Governamental, por ser Divisa para o País, chamou maiores e mais fortes investidores, no Sudoeste, o trigo, o suíno, o milho, o boi, etc. e, hoje, a soja, representam a diversificação da economia regional, sustentada sem amparo oficial pelos braços dos bravos sulistas que lá se fixaram.

Rapidamente conquistado celeremente aquela região está se desenvolvendo. Dividido em pequenas propriedades, o Sudoeste continua atraindo os moradores de terras já exauridas de outros Estados.

A implantação de serviços públicos de infra estrutura nos últimos anos, como energia elétrica abundante, via de acesso aos grandes centros por estradas asfaltadas, telecomunicações, saneamento básico em vários centros, transfiguram a terra que, dádiosa e de fácil amanho, significa, hoje, não apenas uma promessa, mas uma esplendorosa realidade.

Se muito já se fez, muito ainda há por fazer.

Principalmente, no setor da Educação. Os orçamentos Municipais estão extremamente onerados nesse campo. A rede municipal de ensino primário sobrepuja em muito a rede estadual. No campo do ensino médio, todavia, o Governo do Estado mantém, no Sudoeste, estabelecimentos de ensino em número suficiente para atender a atual demanda de matrículas. Não há um só Município que não tenha o seu Girasol Estadual. E, quase todos possuem a sua Escola Normal, Escola de Comércio, Curso Científico nos mais centrais e populosos, e, Escola Técnica Agrícola em Clevelândia e Fóz do Iguaçu.

Estima-se em mais de 300.000 o número de crianças matriculadas nas Escolas Primárias e, perto de 80.000 as matrículas em cursos do nível médio. Mais de 800 alunos no final de cada ano, portanto, estão, teoricamente, aptos aos cursos de nível superior, após o término do 2.o ciclo do curso médio.

Aqui surge o grande problema.

Desses 800 jovens, bem poucos são os que conseguem deslocar-se para os grandes centros a busca de complementação educacional. A baixa renda familiar é o principal fator impeditivo da continuação ou prosseguimento do moço sudoestino até os bancos acadêmicos. Mesmo assim, perto de 200 estudantes, anualmente, deixam os seus lares e vêm a Curitiba, Porto Alegre, Ponta Grossa, Londrina, etc..., para tentar a sorte nos exames de Vestibular.

Recentemente, a questão de três anos, Palmas, a mais antiga das cidades da região e berço de toda a sua civilização, pelo esforço do seu Bispo e idealismo de uns poucos, implantou o primeiro curso de nível superior do Sudoeste, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essa Escola significa um verdadeiro marco de cultura e centro irradiador de formação profissional para centenas de jovens que desejam abraçar a espinhosa carreira do Magistério. A demanda de matrículas de estudantes de todo o Sudoeste paranaense e Oeste Catarinense, aquela Faculdade, diz bem da verdadeira sede de cultura que empolga os filhos dos homens que conquistaram a terra e lá se fixaram. O pioneirismo da iniciativa privada em termos educacionais, com a Faculdade de Palmas, dá mais um exemplo aos Governantes e os chama ao preenchimento de lacunas ainda existentes no mesmo campo.

Região, eminentemente, agropastoril, o Sudoeste recente-se de orientação técnica. Os meios e recursos para trabalhar a terra, são os mais rudimentares. O seu aproveitamento não chega, segundo os especialistas no assunto, principalmente, os técnicos da ACARPA, a 50% do seu total disponível.

Urge, pois, a implantação na região, de um centro de formação profissional no setor agrícola e veterinário. Não, apenas, com objetivo de formar lá mesmo os técnicos de que necessitamos, mas, também, para funcionar como Laboratório de novas experiências e núcleo de orientação aos agricultores da região.

Dai a presente proposição, para que se crie e faça funcionar nos próximos anos, em Francisco Beltrão, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária. Com base na Lei Federal n.º 5.540, de 28-11-68 e na Lei Estadual n.º 4.978, de 5-12-64, propomos seja a Escola a ser criada, instituída sob a forma de Fundação de Direito Público, em função não apenas da opção proposta pela legislação, mas, sobretudo, porque, dessa maneira, possibilitar-se-á uma conjugação de esforço e recursos da União, Estado, Município e particulares, com vistas à consecução do objetivo por todos almejado.

Efetivamente assim dispõe o Art. 4.º da Lei Federal citada "As Universidades e os estabelecimentos de Ensino Superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em Fundações de Direito Público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações".

Propomos como sede da futura Faculdade de Agronomia e Veterinária, o Município de Francisco Beltrão, não só por ser um dos mais progressistas e futuros da região, mas, sobretudo, por ser centro geográfico e polo de atração de uma vasta área que vive em função da agricultura e da pecuária.

Realmente, extremo Sudoeste, capitaneado por Francisco Beltrão, tem a sua economia estada na agropecuária, com todos os entraves e falta de assistência que tal atividade hoje significa.

Entendemos, modestamente, que uma vez aceite este Plano de Lei e implantada a Escola dele decorrente, um novo impulso será dado em todo o Sudoeste, Oeste paranaense e parte de Santa Catarina, não só em termos educacionais, mas, também, em termos de aperfeiçoamento das técnicas de cultura agrícola e pecuária.

Por isso, contamos, desde já, com o apoio dos eminentes Deputados Estaduais ao presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 226-71

AUTOR: — Cândido Manuel M. de Oliveira

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar, como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão.

PARECER

O Presente Projeto de Lei, elaborado na forma regimental e justificado de forma convincente pela cultura e entusiasmo de seu Autor, o nobre Dep. Cândido M.M. de Oliveira merece aprovação por não se conflitar com dispositivos constitucionais ou legais.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Luiz Roberto Soares

Ovídio Franzoni

Maurício Fruet

Eroni Silvério

Basílio Zanusso

Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 226-71

PARECER

1.) O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado Cândido M. de Oliveira, visa criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão.

2.) Com referência ao Projeto, já opinou a douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável.

3.) Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

(aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

João Fadel

Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 226-71

AUTOS: — Deputado Cândido M. de Oliveira.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público na forma da Legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão.

PARECER

I — O presente Projeto de Lei, já obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Assembleia Legislativa.

II — Quanto ao mérito, razão pela qual opina esta Comissão de Instrução Pública, nada vemos que possa obstaculizar o pretendido, visto que virá conciliar problemas de uma área densamente povoada do Estado do Paraná, na esfera educacional.

III — Isto posto, somos favoráveis.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator

Rosário Pitelli

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aziz Doce, ocorrido na cidade de Arapongas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como aos Srs. Conselheiros, Auditores, Procuradores e Funcionários, uma manifestação de

aplauso deste Poder, pela iniciativa que vem de colocar em prática realizando a chamada "Auditação-Escola", através da qual os Srs. Prefeitos Municipais recebem orientação, esclarecimentos, além de debaterem com os Membros, daquela Corte de Contas, os problemas de ordem técnica, e solicita, ainda, a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial editado pelo jornal "A Gazeta do Povo". — Aprovado. (O Editorial a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de inclusão da rodovia Ribeirão Claro-Jacarezinho no plano prioritário de asfaltamento do Programa estabelecido para as realizações de infraestrutura do Estado. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Direção da MM. Junta Comercial do Paraná, no sentido de que seja instalada, um Escritório daquela entidade, na cidade de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Viação Obras Públicas, no sentido de que se digne determinar providências necessárias ao órgão competente, objetivando a construção da nova Cadeia Pública da cidade de Comarca de Cianorte. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam determinadas providências, visando a construção da nova Cadeia Pública da cidade e Comarca de Cianorte. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex, ao Sr. Presidente da C.B.D., visando a inclusão do Colorado no Campeonato Nacional. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados apelos aos Srs. Ministro do Interior e Governador do Estado, no sentido de determinarem providências junto aos órgãos competentes, visando o combate à erosão, no Município de Cianorte. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que no próximo aumento do funcionalismo público, sejam também beneficiados os contratados, recibados e outros. — Aprovados.

O SR. PRESIDENTE— Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 24, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 94-71 — 165-71 — 75-72 — 132-72 — 209-72 — 211-72 — 16-73.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 252-70 — 199-71 — 176-72 — 11-73 e 34-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26-73 — 289-70 — 226-71.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 237-71 — 15-73 e 53-73.

e convocando os Srs. Deputados para uma Sessão Solene, a realizarse sexta-feira, dia 25, às 10,00 horas da manhã.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA, NA SESSÃO REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1973

INTERIORIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

A partir de 1969, os Tribunais de Contas dos Estados passaram, por imperativo constitucional, a ter a incumbência de emitir um parecer prévio sobre as contas quer dos Executivos, quer dos Legislativos dos Municípios.

No caso do Paraná, o problema alcançou uma grande dimensão, se se considerar que existem mais de 288 Prefeituras e Câmaras Municipais. Foi necessário que o Tribunal de Contas aumentasse o seu quadro de servidores, principalmente, na área de contadores, para que atendesse aos dispositivos daquela obrigação constitucional.

O T.C. emite o parecer técnico, que, em seguida, vai à apreciação dos Legislativos municipais. Se as Câmaras de Vereadores acolhem o laudo técnico do Tribunal de Contas encerra-se o processo de prestação de contas do exercício. Muitas vezes ocorre que a opinião emitida, tecnicamente, pelo Tribunal de Contas é contrária a aprovação das contas do prefeito. Nesse caso, a Câmara pode ou não acolher esse pronunciamento especializado dessa Corte de Contas. Se o parecer prévio é contra e a Câmara aprova a disposição do TC, poderá resultar uma nova etapa do processo, que, inclusive, determinaria processo de "impeachment", e início da ação criminal.

Agora, o conselheiro Rafael Tatauro, presidente do Tribunal de Contas, afirmou, em Ponta Grossa, que "este é o ano da interiorização do T.C., de sua presença física em cada pedaço do Paraná". Fez essa afirmativa na oportunidade em que esse Tribunal instalava, na "Princesa dos Campos", uma Auditação-Escola. Trata-se em derradeira análise, de curso intensivo a prefeitos e técnicos de mais de duas dezenas de Municípios paranaenses.

É que as autoridades do Tribunal de Contas do Paraná, na permanente apreciação dos processos de prestações de contas dos chefes de Executivos municipais, tem verificado que o problema não se restringe, grandemente, à questão de culpa dolosa. Muita vez — quando não a maior parte das — o que se observa é um despreparo, em municípios do interior, de pessoal administrativo, que colabora na administração das Prefeituras. Como ao Tribunal de Contas do Paraná interessa, fundamentalmente, que todos conheçam as leis e as disposições legais que regem, principalmente após a Revolução de Março de 64, as matérias de direito administrativo, esta realizando o que, no dizer do Conselho-presidente dessa Casa, se qualifica de "interiorização do Tribunal de Contas". Através de cursos, palestras, diálogos entre os técnicos do T.C. e das Prefeituras, o que se busca é a "verdade político-administrativa", para que se combata, não apenas a corrupção, mas, também, se busque, pelo ensinamento, as trilhas de uma boa e correta administração nos Municípios do Paraná.